

MEMÓRIA DE REUNIÃO

1. Identificação da Reunião

6ª Reunião Ordinária da Câmara Executiva Federal de Identificação do Cidadão (Cefic) de 2025.

Data	Horário	Local
15/08/2025	16h	Palácio do Planalto – sala 407

2. Participantes

Nome	Órgão	Cargo
Pedro Helena Pontual Machado	Casa Civil da Presidência da República - CC-PR	Secretário-Executivo Adjunto
Carlos Antônio Lopes de Araújo	Casa Civil da Presidência da República - CC-PR	Assessor Especial
Beatriz Vasconcellos de Araújo	SAM-CC/PR	Secretária Adjunta
Sylvio Cesar Koury Musolino Filho	SAM-CC/PR	Gerente de Projeto
Patrick de Faria	Casa Civil da Presidência da República - CC-PR	Assessor
Rogério Souza Mascarenhas	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Secretário de Governo Digital
Hudson Vinícius Mesquita	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Diretor de Identidade Digital
Paulo Ayran da Silva Bezerra	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Coordenador-Geral de Identificação Civil
Simone Cabanelas Martinez	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Coordenadora-Geral
Thalita Knupp	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Especialista em Análise de Processos de Negócios
Daniel de Souza Rosa	Secretaria de Governo Digital -SGD/MGI	Engenheiro
Ana Maria Costa Cândido Lacerda	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Assessora Técnica
Enylson Flávio Martinez Camolesi	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Diretor-presidente
Maurício Augusto Coelho	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Diretor
Marcelo Oliveira Barbosa	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/MGI	Coordenador-Geral
Beatriz Marques de Jesus Figueiredo	Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	Coordenadora-Geral de Modernização Tecnológica
José Rocha de Carvalho Filho	Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	Coordenador-Geral de Inovação
Alex Halti Cabral	Instituto Nacional de Identificação –INI	Diretor
Wilson Silva de Sousa	Instituto Nacional de Identificação –INI	Papiloscopista
Rafael Neves	Receita Federal do Brasil - RFB	Coordenador-Geral
Ana Estela Haddad	Ministério da Saúde – MS	Secretária da Secretaria de Informação e Saúde Digital - SEIDIGI/MS
Tula Vieira Brasileiro	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC	Coordenadora-Geral
Letícia Chahara	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC	Coordenadora

3. Pauta

- 3.1. Abertura
- 3.2. Informes

- 3.3.1 Emissão de CIN's por Unidades Federativas (UF)
- 3.3.2 Status do projeto
- 3.3.3 Congresso da Cidadania
- 3.3.4 Decreto nº 12.561/25 e Portarias de regulamentação
- 3.3. Resoluções
 - 3.3.1 Modelo Informacional (MI-CIN) - Resolução nº 24
 - 3.3.2 Grupos de Trabalho Técnico – GTT's - Resoluções nº 25, 26 e 27
 - 3.3.3 Reimpressão (MI-CIN) - Resolução nº 28
- 3.4. Planejamento 2025
 - 3.4.1 Entregas Cefic 2025
 - 3.4.2 Plano de ação OICs

4. Relato

A 6ª reunião ordinária da Cefic teve início com a apresentação dos informes, destacando-se os números de emissões da CIN em uma unidade da federação. Manifestou-se preocupação quanto ao possível não atingimento da meta anual, embora tenha sido observado um crescimento contínuo no volume de emissões.

No que se refere ao status do projeto, esclareceu-se que outra unidade da federação em questão não apresenta pendência técnica, mas sim política, exigindo articulação com o governo local.

Em relação às resoluções, confirmou-se que os ajustes jurídicos realizados nas versões aprovadas anteriormente não comprometeram seu mérito, sendo todas ratificadas pelo colegiado.

A resolução sobre a reimpressão da CIN foi apresentada separadamente do tema “reuso”, devido à complexidade deste último e à necessidade de operacionalização por meio do SBF. A divisão foi validada pelo grupo técnico GTT2. Esclareceu-se que a reimpressão se aplica exclusivamente à CIN, devendo ser realizada no mesmo estado da emissão original. Em caso de nova emissão em outro estado, a versão anterior é automaticamente cancelada. Reforçou-se, ainda, a obrigatoriedade da conferência biométrica, inclusive nos pedidos online, podendo ser realizada no momento da solicitação.

Durante a discussão, abordaram-se limitações técnicas do motor biométrico, com destaque para o fato de que, até o momento, apenas uma digital tem sido enviada à base nacional, o que compromete a qualidade da identificação. A partir de setembro, está prevista a coleta completa das digitais e a integração retroativa dos dados das emissões anteriores. Ressaltou-se a importância da integridade da base biométrica, considerando que a CIN passará a ser requisito para acesso a benefícios sociais.

Adicionalmente, mencionou-se a existência de um pequeno percentual de imagens faciais com baixa qualidade, decorrente do não cumprimento dos padrões técnicos por parte de alguns institutos emissores. Também foi debatida a questão da soberania digital da base de dados, sugerindo-se sua migração para armazenamento em território nacional. Ficou acordado o agendamento de reunião específica para avaliação técnica da base biométrica nacional.

Prosseguindo com a pauta, tratou-se do planejamento para 2025. Destacou-se que os temas relacionados aos OICs serão aprofundados em reunião marcada para o dia 19/08/2025. Quanto ao SBF, informou-se que o processo licitatório está em andamento, com previsão de conclusão em outubro, após a realização da Prova de Conceito. Em relação ao Serviço de Controle de Fluxo, aguarda-se a formalização do protocolo de divergência para definição do prazo de entrega.

Reforçou-se a necessidade de elaboração de uma resolução voltada para pessoas com deficiência (PCD), tendo em vista o elevado número de beneficiários do BPC. Quanto à integração com as Declarações de Nascido Vivo (DNV) e de Óbito (DO), destacou-se a iniciativa de coleta biométrica neonatal em curso em um estado, e sugeriu-se a realização de reunião com o Ministério da Saúde para aprofundar o tema. Em relação à integração com o Registro Civil, foram discutidas as dificuldades de articulação com o CNJ e os avanços nas tratativas com o ONR, incluindo o uso do SERP e o processo de digitalização progressiva dos registros de óbito. A base SISOB foi citada como instrumento estatístico, sem atualização em tempo real.

O credenciamento definitivo das gráficas permanece previsto para dezembro, com início das operações em 2026. Foi relatado um problema de leitura no QR Code das CINs emitidas em determinado estado, causado por impressão fora dos padrões técnicos. Decidiu-se encaminhar o caso para regularização e elaboração de laudo técnico. Sugeriu-se também a adoção de auditoria com uso de lotes de referência, como prática das grandes indústrias. Apontou-se a necessidade de respaldo legal para que apenas gráficas credenciadas possam emitir a CIN.

No tocante à comunicação, reiterou-se que o foco deve ser a apresentação da CIN à sociedade. Quanto à capacitação e ao fomento à pesquisa, foram mencionadas visitas técnicas realizadas a diversos institutos emissores. Solicitou-se, ainda, o encadeamento das entregas da CEFIC, com definição clara das interdependências e dos prazos de início.

Na sequência, apresentaram-se os dados de uso do aplicativo de leitura do QR Code da CIN, lançado em julho. Destacou-se que apenas as leituras válidas são contabilizadas. Também foi confirmada a realização do Congresso da Cidadania nos dias 23, 24 e 25 de setembro, em Brasília.

Por fim, discutiram-se os desdobramentos do Decreto nº 12.561/25, publicado em 23/07/2025. Estão em elaboração duas portarias: uma conjunta entre MGI, MPS e MDS, para regulamentar exceções (idosos, migrantes, residentes em locais remotos, entre outros); e outra, do MGI, para tratar da transitoriedade, estabelecendo a exigência de CIN para novos benefícios a partir de 2026 e, a partir de 2027, para renovações e alterações. Os dados detalhados, organizados pela Dataprev, serão apresentados na próxima reunião.

A reunião foi encerrada com a definição dos principais encaminhamentos, incluindo a publicação das resoluções aprovadas, o agendamento de reuniões técnicas com o MJSP e o Ministério da Saúde, a atualização do cronograma da CEFIC com as interdependências e o início das ações, além da formalização das tratativas para adequação do padrão de impressão do QR Code.

5. Encaminhamentos:

- Publicar as três resoluções aprovadas sobre os Grupos de Trabalho Técnico (GTT's).
- Publicar a resolução aprovada sobre Modelo Informacional.
- Publicar a resolução aprovada sobre Reimpressão da CIN.
- Agendar reunião para verificação das limitações da base do MJSP.
- Agendar reunião com o Ministério da Saúde para tratar da integração com DNV (Declaração de Nascido Vivo), e apresentar informações mais aprofundadas na próxima reunião da CEFIC.
- Entrar em contato com OIC para ajustar o QR Code ao padrão.
- Atualizar as entregas da CEFIC de acordo com o que foi discutido, incluindo o encadeamento das ações e a inclusão das datas de início.